



Estudos Ibero-Americanos

ISSN: 0101-4064

eia@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul
Brasil

TORRES MONTENEGRO, ANTONIO

Rachar as palavras. Ou uma história a contrapelo

Estudos Ibero-Americanos, vol. XXXII, núm. 1, junio, 2006, pp. 37-62

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=134626423003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Rachar as palavras. Ou uma história a contrapelo*

ANTONIO TORRES MONTENEGRO**

Resumo: Este artigo analisa a história a partir de um debate transversal primordialmente com a física quântica e a visão da matemática de Wittgenstein, pontuando as interfaces e as ressonâncias possíveis entre essas áreas do conhecimento. Nesse percurso, é privilegiado o debate em torno dos relatos orais de memória, como estratégia para pensar o fazer historiográfico e as formas possíveis de tangenciamento com a ciência, de modo a repensar a perspectiva construtivista na história.

Abstract: This article analyses history from a transversal debate mainly with the Quantum Physics and Wittgenstein's mathematical view, emphasizing the possible interfaces and the resonances between these two areas of knowledge. In this way, we chose to use the debate around the oral reports of memory as a strategy to organize the historiography making and the possible forms of contact with science to rethink the constructive perspective in history.

Palavras-chave: História. Ciência. Memória.

Key words: History. Science. Memory.

– Notícias do nosso povo? perguntou o boticário com a voz trêmula. O alienista fez um gesto magnífico, e respondeu:
– Trata-se de cousa mais alta, trata-se de uma experiência científica. Digo experiência, porque não me atrevo a assegurar desde já a minha idéia; nem a ciência é outra coisa. (Machado de Assis, *O Alienista*, cap. IV).

* Este artigo é em grande parte resultado das pesquisas que vimos realizando a partir do nosso projeto de pesquisa “Memórias da Terra: a Igreja Católica, as Ligas Camponesas e as Esquerdas (1950-1970)”.

** Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE.

Desde a época de minha graduação em Filosofia, passei a nutrir uma grande admiração por Heráclito de Éfeso. Provavelmente meu mestre Walteir Silva deve ter tido alguma influência nessa percepção/compreensão, quando nos ensinava que para aquele filósofo pré-socrático o princípio de tudo se explicava pelo movimento, e o seu símbolo era o fogo, e a sua metáfora mais expressiva era a de que não se entrava duas vezes no mesmo rio. A concepção que regia essas representações se manifestava no enunciado: *Nos mesmos rios entramos e não entramos, somos e não somos*.¹

Naquela época, o fascínio por Heráclito advinha, sobretudo, da linha evolutiva que se estabelecia entre seu pensamento, nomeado de dialético, e os estudos que fazíamos do marxismo. No entanto, a dialética de ambos se diferenciava num ponto fundamental. Para o marxismo, com o fim do capitalismo não haveria mais luta de classes, portanto, seria o fim da contradição capital *versus* trabalho e, por extensão, essa teoria defendia ser possível alcançar uma sociedade sem classes. Dessa forma, determinava-se o fim da dialética.

Os anos se passaram, e Heráclito e sua metáfora do movimento vinham constantemente à tona em minhas leituras, sobretudo porque, ao afirmar que tudo se encontra em constante mudança, tornou-se uma referência contemporânea para diversas áreas do conhecimento. Estas, durante mais de três séculos foram regidas pelo método científico, que estabelecia só ser possível construir um conhecimento certo e seguro partindo daquilo que se apresentava de forma clara, objetiva e evidente. No entanto, o século XX simbolizou a ruptura, a desconstrução dessa representação do conhecimento. O estatuto que remetia ao tempo e ao espaço absolutos de Newton, bem como ao determinismo que regia todo o universo, segundo Laplace, se esvaecia. A teoria geral da relatividade e a mecânica quântica seriam responsáveis por esse movimento de quebra do paradigma científico e do conjunto de signos que ele emitia. Nesse sentido, é reveladora a observação do físico alemão Heisenberg: “Na escala atômica, esse mundo objetivo do tempo e do espaço nem sequer existia, e os símbolos matemáticos da física teórica referem-se a possibilidades e não a fatos”.²

Para muitos que trabalham na área das ciências denominadas humanas, essas mudanças parecem ainda não ter sido avaliadas amplamente. É o próprio Hawking quem afirma: “O princípio da

¹ ÉFESO, Heráclito de. In: *Os pré-socráticos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 90.

² HEISENBERG, Werner. *A parte e o todo: encontros e conversas sobre física, filosofia, religião e política*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 98.

incerteza de Heisenberg é uma propriedade fundamental, inescapável, do mundo e teve profundas implicações na maneira como vemos o mundo. Mesmo depois de setenta anos, estas implicações não foram inteiramente compreendidas por muitos filósofos e ainda são motivo de muitas controvérsias”.³

No campo da história, poder-se-ia afirmar que a relação com a ciência tem sido alvo de muitos debates. Não é fortuito que Paul Veyne, no seu hoje considerado clássico *Como se Escreve a História*, tenha dito: “A história não é uma ciência e não tem muito a esperar das ciências; não explica e não tem método; mais ainda a História, da qual se fala muito desde há dois séculos, não existe”. E concluiu afirmando que “a resposta à questão não mudou desde os sucessores de Aristóteles: os historiadores narram acontecimentos verdadeiros que têm o homem como ator: a história é um romance verdadeiro”.⁴

Realmente, em pleno século XXI, podemos repensar a relação da história com a ciência, ou mais propriamente com o modelo clássico de ciência que dominou o conhecimento durante três séculos. Paul Veyne provavelmente estava se referindo a este modelo, que aprendemos nos bancos escolares e domina o senso comum, ou seja, um conhecimento que descobre verdades e estabelece leis; que define causas e antecipa conseqüências. Em que a definição do método é a condição *a priori* para se obter o conhecimento. Este método, nomeado então de científico, definia os passos, as etapas, instituindo antecipadamente o caminho a ser seguido para obtenção da verdade. No entanto, esse modelo de verdade, desde o final do século XIX, foi sendo gradativamente desconstruído.

Ao mesmo tempo, as diversas práticas historiográficas que operavam, a partir de diferentes mediações, com o método científico clássico, em face das mudanças no campo da física, da matemática e de outras áreas, não romperam com seus métodos e técnicas de pesquisa, seus referenciais teóricos e procedimentos narrativos de forma automática. Por outro lado, um caminho possível para pensar uma nova forma de relação entre os diferentes campos do conhecimento é apresentado por Gilles Deleuze, que recorre ao termo ressonância, e constrói a representação de que a ciência, a filosofia e a arte seriam como linhas melódicas estrangeiras, que, por razões intrínsecas, estabeleceriam relações de troca entre si.⁵

³ HAWKING, Stephen. 1942 – *Uma nova história do tempo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005, p. 96.

⁴ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. São Paulo: Martins Fontes, 1980, p. 10.

⁵ DELEUZE, Gilles. *Conversações – 1972-1990*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

A história foi uma das áreas do conhecimento que na sua busca para adaptar o método científico à prática historiográfica acabou por agenciar verdades que hoje nos parecem inconcebíveis. Entre elas, a de que *povo sem escrita seria povo sem história*. No entanto, apesar da grande influência do método científico, observa-se como existiram filósofos que tentaram romper com o postulado da evidência, haja vista o anticartesianismo de Vico, de Locke, de Berkeley e de Hume, ao longo do século XVIII. Mas, o positivismo no século XIX significou um forte retorno ao modelo cartesiano, sobretudo porque buscava estabelecer um paralelo entre a forma como a natureza era compreendida (determinista, causal, submetida a leis) e a história. Entretanto, esta era uma relação que colocava problemas, na medida em que a natureza era considerada um modelo estático e a história um modelo em constante progresso. No entanto, com Darwin e sua teoria da seleção natural, o movimento, a mudança, o progresso, passavam a serem vistos como também próprios à natureza. Dessa maneira, poder-se-ia afirmar que se estabelecia uma nova conciliação entre a história e a natureza.

A tradição positivista inspirada em Auguste Comte produziu marcas indeléveis na história. Especialmente, em face da importância que ele atribuiu à identificação do que se passou a denominar fato histórico, pois a partir do estudo deste seria então possível estabelecer leis que regeriam a história, assim como os cientistas faziam em seus estudos da natureza. Seria, em parte, no interior desse debate que Ranke defenderia a tese de que a função precípua da história é relatar o fato *como verdadeiramente aconteceu*, refutando o estabelecimento de leis gerais como postulava Comte.⁶

Quando nos debruçamos sobre as várias perspectivas teóricas em que a historiografia se fundamentou do século XVII ao início do século XX, podemos perceber a força de um modelo científico que defende a existência de uma realidade natural, pronta, matematicamente determinada e submetida a leis, independente da intervenção ou participação humana. O positivismo pode ser visto como mais uma apropriação desse modelo, na perspectiva das ciências humanas, ao aproximar do modelo de natureza da época a concepção de sociedade. Afinal, desde o século XVIII, as ciências físicas, químicas, matemáticas, biológicas obtiveram grandes avanços utilizando-se do denominado método científico. Conhecer era, sobretudo, uma *relação entre sujeito e objeto na qual o sujeito era determinado pelo objeto*. Esta visão do conhecimento partia do pressu-

⁶ Cf., COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de História*. Lisboa: Presença, 1972.

posto de que havia um mundo pronto e acabado diante de nós e que, para conhecê-lo, bastava utilizar o método corretamente. Em outros termos, conhecer era aplicar o método científico, que possibilitava descobrir as leis e as verdades prontas e acabadas que governavam o mundo. A verdade estava para ser descoberta. Logo, o conhecimento significava uma correspondência entre o conceito ou a palavra e o mundo material. No esteio dessa perspectiva, muitas expressões como objetivo, evidente, claro se popularizaram como sinônimos de verdade, e foram incorporadas ao senso comum. Algo era verdadeiro porque havia uma prova material – o fato de ser considerado objetivo – que dava suporte ou garantia à relação entre o conceito e o mundo material. No entanto, como assinaei, as descobertas no campo da física

pulverizaram todos os principais conceitos da visão de mundo cartesiana e da mecânica newtoniana. A noção de espaço e tempo absolutos, as partículas sólidas elementares, a substância material fundamental, a natureza estritamente causal dos fenômenos físicos e a descrição objetiva da natureza – nenhum desses conceitos pôde ser estendido aos novos domínios em que a física agora penetrava.⁷

O campo da história não ficava incólume a este debate. As novas concepções obrigavam a repensar o conceito de causa e a reavaliar a sua própria escrita, até então submetida a um tempo linear e cronológico. Ao se estudar os acontecimentos passados, por meio de documentos, sobretudo os escritos oficiais, a partir de uma compreensão teórica causal e determinista, observava-se a própria comprovação no campo da história de um princípio que imperara na ciência até então. Desse modo, o documento escrito (o oral era considerado incerto e plausível de muitas deturpações) não só era a prova do acontecido, como deveria possibilitar o “resgate” da verdade histórica, do significado evidente que se encontrava impresso e expresso no acontecimento. Nessa perspectiva, o historiador definia técnicas que lhe possibilitavam verificar a autenticidade e a procedência do documento, e estabelecia o método que se constituía no caminho seguro para descoberta do verdadeiro significado dos acontecimentos passados. No interior de toda essa tradição, os cordéis, os relatos da tradição oral popular, as entrevistas de história de vida e/ou temáticas, os prontuários de hospitais, os livros de registros de presidiários, os boletins de ocorrências das delegacias de polícia, a literatura, a fotografia, o cine-

⁷ CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 1991, p. 69.

ma não se constituíam em fontes para o historiador. Afinal, o que conteriam de verdade documentos de procedências tão diversas, muitos resultantes da pura imaginação de seus criadores? Segundo os critérios técnico-científicos da ciência dominante, a verdade científica deveria ser buscada em outras fontes.

Um outro campo em que é possível estabelecer paralelos com a historiografia pode ser encontrado nas reflexões de Georges Canguilhem acerca da biologia e da medicina. Este, ao estudar como os conceitos de normal e patológico foram desenvolvidos em fisiologia e biologia no decorrer dos séculos XIX e XX, opera uma série de rupturas com a visão habitual de saúde e de doença na medicina.⁸ Sua pesquisa possibilitará instituir uma representação da ciência como sistema aberto que espontaneamente faz e refaz sua própria história a cada instante. Logo, não há lugar para se pensar a ciência como progresso cumulativo. Antes, sua história está pontuada de descontinuidades, em que algo considerado errado ou mesmo uma questão secundária pode vir a tornar-se fundamental para lidar com um problema recém-descoberto. Um exemplo seria a fermentação não celular – um fenômeno colateral durante o reinado de Pasteur e sua microbiologia –, que só marcou uma ruptura essencial quando a fisiologia das enzimas se desenvolveu.⁹

A partir dessa perspectiva teórica da produção do conhecimento como um campo sem leis pré-determinadas, Canguilhem irá centrar sua análise da história da ciência no estudo dos meios que possibilitam estabelecer o regime do verdadeiro e do falso. Dessa forma, o foco não seria mais a verdade em si, ou o objeto, mas as relações, os regimes enunciativos, as práticas que produzem, naturalizam o verdadeiro e o falso como coisas em si. E essas relações estariam marcadas pelas descontinuidades. Assim, o que é considerado normal não é possível de ser compreendido fora da relação entre o ser vivo e o ambiente social, que o constitui e o nomeia como tal. O normal e o doente, nessa perspectiva, devem ser estudados como relação provisória e aberta a constantes mutações.

O mundo como invenção

As transformações observadas a partir do final do século XIX, no campo da física, da matemática, da química, não têm o mesmo

⁸ Cf., CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1995.

⁹ Cf., FOUCAULT, Michel. Introdução. In: CANGUILHEM, op. cit.

significado para os próprios cientistas. O fato da ciência não ter mais um princípio único que explique todo o universo não significa que a ciência clássica não continue a dar suporte a muitas pesquisas, e por extensão à vida prática. A teoria da relatividade geral, ao afirmar que a menor distância entre dois pontos é uma curva, e o princípio da incerteza da teoria quântica, ao apontar que a lei causal é falha e, portanto, que é impossível determinar porque um átomo se desintegra num dado momento e não no seguinte, irão concorrer para o fim de uma teoria única para explicação do universo. Em outros termos, a física passa a trabalhar com teorias parciais. A teoria da relatividade geral é uma teoria do espaço, do tempo e da cosmologia; opera com as grandes escalas e parte significativa das observações que confirmam esta teoria vêm da astronomia. Já a teoria quântica é capaz de explicar propriedades da matéria e da radiação, nas escalas moleculares e ainda menores.¹⁰ Assim, o mundo que nomeamos físico e que nos rodeia é compreendido e estudado a partir de teorias bastante distintas, dependendo do foco da análise.¹¹

O filósofo e matemático austríaco Ludwig Wittgstein responsabilizava a matemática, e o fascínio metafísico que ela despertava, pela veneração que se produzia em torno da ciência. Esse fascínio advinha de se acreditar que a matemática seria capaz de descobrir fatos sobre objetos matemáticos (números, conjuntos, etc.). Ou seja, para Wittgstein, “o que se chama descoberta matemática deveria chamar-se invenção matemática”,¹² porque a matemática não oferece a verdade, mas apenas fixa o significado de certos signos, pois suas proposições são gramaticais.¹³

Essa maneira de pensar o conhecimento matemático como invenção tem se constituído em mais um elemento na desconstrução do modelo clássico do que se costumou denominar conhecimento científico. Entre as múltiplas ressonâncias que poderíamos conceber acerca do movimento de aproximação da história e a biologia, a física, a matemática, em que se privilegia o conhecimento como relação e construção de modelos explicativos, estaria a ruptura com o postulado primeiro do método cartesiano, em que

¹⁰ Cf., SMOLIN, Lee. *Três caminhos para a gravidade quântica*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002, p. 13.

¹¹ Cf., EINSTEIN, Albert. *Escritos da maturidade: artigos sobre ciência, educação, relações sociais, racismo, ciências sociais e religião*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

¹² MONK, Ray. *Wittgenstein: o dever do gênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 373.

¹³ Cf., WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 291-292.

Descartes afirma: “jamais acolher alguma coisa como verdadeira que eu não conhecesse evidentemente como tal; isto é, de evitar, com todo cuidado, a precipitação e a prevenção, só incluindo nos meus juízos o que se apresentasse de modo tão claro e distinto à minha mente que não houvesse nenhuma razão para duvidar”.¹⁴ Esse postulado, que concorreu de forma dominante para a produção do conhecimento em diversos campos da ciência durante séculos, foi alvo de crítica do próprio Einstein, ao afirmar: “Compreendemos hoje, com especial clareza, o quanto estão equivocados os teóricos que acreditam que a teoria provém da experiência, por indução. Nem o grande Newton conseguiu escapar desse erro”.¹⁵ Ou seja, a evidência, que segundo Descartes se constituiria na garantia da apreensão do objeto, não é considerada mais como ponto de partida para a obtenção de um conhecimento verdadeiro.

Nesse sentido, Einstein irá detalhar como pensa o desenvolvimento da física: “A física constitui um sistema lógico de pensamento que está em estado de evolução e cujas bases não podem ser obtidas por destilação das experiências vividas, através de algum método indutivo, mas somente pela livre invenção do espírito humano”.¹⁶ Assim, a capacidade de criar, de inventar, é considerada como um atributo fundamental para o desenvolvimento científico. Nesse sentido, é bastante reveladora uma passagem do livro autobiográfico de Heisenberg em que este recorda e descreve o impasse vivido no período que antecedeu a criação da lei das probabilidades, e como uma frase de Einstein numa conversa que tiveram fora decisiva: “É a teoria que decide o que podemos observar”.¹⁷ Ou seja, a ciência constitui uma rede teórica abstrata que está constantemente formulando modelos de enorme complexidade, em que sua linguagem há muito abandonou os signos e as metáforas da linguagem cotidiana para operar com as formulações da física atômica.

Por outro lado, é de certa forma surpreendente observar como Einstein, que concorreu tão fortemente para o fim do modelo único de explicação do universo, estabelecido pela ciência clássica, tenha ao mesmo tempo demonstrado uma permanente resistência em aceitar o princípio da incerteza da física quântica. O próprio Heisenberg constrói uma explicação para essa atitude do físico:

¹⁴ DESCARTES, René. Discurso do Método. In: ———. *Obra escolhida*. São Paulo: Difel, 1962, p. 53.

¹⁵ EINSTEIN, op. cit., p. 76.

¹⁶ Ibid., p. 99.

¹⁷ HEISENBERG, op. cit., p. 75.

Einstein dedicara a vida a investigar o mundo objetivo de processos físicos que têm lugar no espaço e no tempo, independentes de nós, de acordo com leis exatas. Os símbolos matemáticos da física teórica representavam o mundo objetivo e, nessa condição, deveriam permitir aos físicos fazer afirmações sobre o futuro comportamento do mundo. Agora, afirmava-se que, na escala atômica, esse mundo objetivo do tempo e do espaço nem sequer existia, e que os símbolos matemáticos da física teórica referiam-se a possibilidades, e não a fatos.¹⁸

Dessa forma, a física quântica passava a trabalhar com níveis de realidade que não são objeto da nossa experiência cotidiana, e a representação de conhecimento como relação entre sujeito e objeto, que herdamos de toda a tradição do racionalismo iluminista, era ainda mais estilhaçada.¹⁹ É em parte por ter a compreensão da extensão das mudanças radicais que a teoria quântica introduz no campo da física e também do conhecimento que Einstein, apesar de reconhecer que esta forneceu a chave para a interpretação e o cálculo de um grupo heterogêneo de fenômenos da experiência, irá continuar afirmando que ela é capaz de induzir a erros, porque se constitui numa representação incompleta das coisas reais.²⁰

Poder-se-ia então pensar que a disputa que se apresenta (teoria da relatividade *versus* teoria quântica) estaria relacionada, em última instância, à questão: ser a favor ou contra a possibilidade de uma nova teoria única que explicaria todo o universo. E que, na visão de Einstein, a teoria quântica se distanciava ainda mais dessa possibilidade. No entanto, não seria esta a visão de Heisenberg, que revela também estar em busca de uma teoria única ao retratar um diálogo com o físico Wolfgang Pauli, em que afirmara: “Na ciência, pode-se reconhecer a ordem central pelo fato de podermos usar metáforas como ‘a natureza foi feita de acordo com tal plano’”. No entanto, o que seria essa ordem central para Heisenberg? Nas suas próprias palavras, seriam as experiências inteiramente corriqueiras, ou seja: “passado cada inverno, as flores desabrocham nos prados; terminada cada guerra, as cidades são reconstruídas. O caos sempre cede lugar à ordem”.²¹ O que se observa, em última instância, é que ambos (Einstein e Heisenberg) continuam a acreditar na possibilidade de construir uma lei única para explicação do universo.

¹⁸ HEISENBERG, op. cit., p. 98.

¹⁹ Cf., HEISENBERG, op. cit., p. 145.

²⁰ Cf., EINSTEIN, op. cit., p. 92.

²¹ HEISENBERG, op. cit., p. 249-250.

No entanto, na visão do físico Fritjof Capra, a mecânica quântica introduziu rupturas radicais com os modelos cartesianos de pensar, de perceber e de agir, e o esforço para encontrar uma teoria única refletiria a força da herança cartesiana. Para Capra, diversos aspectos da física moderna operaram uma completa desconstrução dos referenciais fundadores daquela ciência.²²

A partir da física moderna não existem mais coisas com qualidades intrínsecas; elas dependem do meio ambiente. Ainda no nível subatômico, os objetos materiais sólidos da física clássica dissolvem-se em padrões ondulatórios de probabilidades. E estas não são probabilidades de coisas, ou de objetos, mas de interconexões. Assim, na teoria quântica, os físicos não lidam com “coisas”, mas com relações. Ou ainda, como escreveu o físico Niels Bohr, “as partículas materiais isoladas são abstrações, e suas propriedades são definíveis e observáveis somente através de sua interação com outros sistemas”.²³ Dessa forma, o foco da análise da física não seria mais o objeto, mas as relações, porque isoladamente a natureza, no nível subatômico, não revelaria qualquer objeto.²⁴ Assim, se não temos objetos, nem um mundo a ser descoberto, mas relações ou interconexões, as palavras também, ao serem enunciadas, não oferecem por si a verdade do mundo. Por extensão, não é possível mais estabelecer definições em que as palavras ou os conceitos conteriam o próprio sentido e significado do mundo. As palavras, desse modo, não operam como representação mágica que ao ser enunciada revelaria o conhecimento, de forma clara e objetiva.

Poder-se-ia encontrar, nessa representação do mundo que a física moderna cria, um estreito paralelo com a história, na perspectiva da análise desenvolvida por Paul Veyne, quando afirma:

Dito de outra maneira, é preciso desviar os olhos dos objetos naturais para perceber uma certa prática, muito bem datada, que os objetivou sob um aspecto datado com ela; pois é por isso que existe o que chamei anteriormente, usando uma expressão popular, “parte oculta do iceberg”: porque esquecemos a prática para não mais ver senão os objetos que a reificam a nossos olhos... Em vez de acreditar que existe uma coisa chamada “os governados” relativamente à qual os governados se comportam, consideremos que os governados podem ser tratados seguindo práticas tão diferentes, de acordo com as

²² Cf., CAPRA, op. cit., p. 73.

²³ Cf., CAPRA, op. cit., p. 75.

²⁴ Cf., CAPRA, op. cit., p. 75.

épocas, que os ditos governados não têm senão um nome em comum.²⁵

Em outras palavras, Veyne está colocando que também na história as coisas, os objetos, os seres, isoladamente, nada expressam, além do seu significante. No que tange ao termo governado, por exemplo, este só existe ou só adquire significado histórico mediante o estudo de suas práticas, analisando suas relações. Seria essa uma das grandes contribuições de Foucault para a história, na visão de Veyne.

Foucault observa que “o problema é ao mesmo tempo distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros”.²⁶ A partir do estudo das relações, das práticas, dos fios, das ligações, que são associados a acontecimentos, é que podemos construir formas de entendimento histórico. Ou ainda, como afirma Deleuze, a questão não é mais de estudar a origem ou a causa, nem a finalidade ou a consequência, mas *o que se passa entre*.²⁷ Dessa maneira, a análise histórica tem como foco primordial as relações, os percursos, as práticas, porque através do seu estudo é que se poderão construir outras formas de compreensão, que desnaturalizem a relação ou a representação que procurava associar de forma unívoca o objeto ou a coisa à palavra. É nessa perspectiva que Deleuze e Veyne irão reafirmar a proposta de Foucault de rachar as palavras, rachar as coisas. Desnaturalizá-las e ir em busca dos fios que as engendram, que as significam.

Nos caminhos de Mato Grosso

Algumas pesquisas têm trazido à tona relatos que poderão nos acompanhar no movimento de transformar as reflexões metodológicas desenvolvidas ao longo deste artigo em prática historiográfica.

Nesse sentido, é surpreendente como em algumas passagens de depoimentos de homens e mulheres das camadas pobres opera-se esse movimento de rachar as palavras, de descrever uma outra prática e, por extensão, alterar o significado, desconstruindo a associação que se quer natural entre o signo e a coisa. Ou, ainda,

²⁵ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. São Paulo: Martins Fontes, 1980, p. 243.

²⁶ FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: ———. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 5.

²⁷ DELEUZE, op. cit., p. 151.

como esse movimento de desnaturalizar as palavras revela um combate, uma luta na história, um desfazer de laços e armadilhas que trazem embutido o controle constante sobre a vida e o fazer dos trabalhadores pobres e, por que não dizer, de todos nós. A historiadora Regina Guimarães, entrevistando trabalhadores que se dispõem a tarefas avulsas nas fazendas de soja, algodão ou mesmo em empreitadas de desmatamento nos arredores das pequenas e ricas cidades de Mato Grosso, entrou em contato com alguns grupos que são usualmente denominados de “pés-inchados”. Esta expressão – que se tornou corriqueira nessas áreas²⁸ – opera como sinônimo de trabalhador de baixa qualificação, em constante movimento pelas estradas em busca de novos trabalhos, sem família e, costumeiramente, sob efeito de alguma bebida. A expressão pé-inchado, ao objetivar essas características, naturaliza e estabelece um perfil de trabalhador que autoriza uma ação constante da polícia, reprimindo-os e proibindo sua permanência nas praças e nos entroncamentos, ou outras ações do poder público no sentido de estabelecer práticas de vigilância constante que cerceiam o direito de entrada e saída, nos limites de algumas dessas cidades.²⁹ A experiência relatada pelo próprio trabalhador, no esforço de desconstruir a denominação que lhe é impingida de pé-inchado, é reveladora de como ela o torna alvo fácil de uma série de práticas de violência e desrespeito aos contratos de trabalho. Ao mesmo tempo, aponta a falta de atuação mais afirmativa do poder público na negociação dos conflitos trabalhistas. No seu relato, Zenon Silva Santos, natural do estado do Maranhão, afirma:

Pé inchado, todo mundo tem o nome de pé-inchado aqui, é só ficar nessa área da Rodoviária, pode ir para onde quiser que é sempre pé-inchado! Mas a gente vive aqui, olha minhas mãos (com enormes calos); isso aqui é moto serra, é foice, trabalhando tudo aí... Pé-inchado aqui não existe. Eu estou suando, eu falo na cara de quem quiser, sou vindo da capital. Falo a verdade, eu não sou mentiroso, aqui eu conheço, sou um trabalhador!³⁰

Para Zenon, suas mãos seriam a prova irretorquível da sua identidade. E ele demonstra uma aguda consciência de que o termo pé-inchado, ao procurar apagar sua marca de trabalhador,

²⁸ Estas são áreas de ocupação recente (décadas de 1970, 1980, 1990), em que predominam grandes propriedades voltadas para o agronegócio.

²⁹ Como Primavera do Leste, Vila Rica, Sorriso.

³⁰ Apud GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades, as cidades na Amazônia. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 27, 2003, p. 59.

engendra uma série de representações que o tornam alvo da polícia. Afinal, a linguagem é uma prática.³¹ É nesse território que situa sua fala, seu brado, sua reação indignada contra aquele termo, signo perigoso que ameaça apagar sua história de trabalhador. Deve rachar aquela palavra. Mas, reconhece que os próprios colegas, muitas vezes, ao não reagirem àquele discurso, concorrem para a perpetuação do uso da violência contra eles: “Sou um lavrador! Vocês derrotam a nós mesmos, nós não somos pés-inchados. Agora gente safada aqui tem, cadê o pessoal do Fórum para resolver o nosso problema?”³² E aponta a ausência do poder público como mediador dos conflitos trabalhistas, no que é corroborado pela fala de um outro trabalhador: “Cadê assistente social? Cadê o pessoal do Fórum que dá valor ao trabalhador? Aqui em Juína é só ‘cartucho’, um em cima do outro. Se você deve para mim, se eu for cobrar você, sabe o que eu vou receber? Um tapa no meio da cara!” Observa-se como vai sendo tecida uma rede que procura controlar, interditar a prática da cidadania, o livre exercício de direitos e deveres. Sobretudo se pensarmos que essas são mediações labirínticas, em que aquele que se pensa e se reconhece pé-inchado interioriza, subjetiva alguém sem direitos, e passa a agir e a comportar-se a partir de uma lógica que o anula como cidadão, como trabalhador, como afirma Zenon: “Vocês derrotam a nós mesmos, nós não somos pés-inchados”.

É nessa trilha que a historiadora Ana Maria de Souza, ao estudar o fluxo migratório para Cuiabá na década de 1990, mapeia os diversos discursos que são produzidos pelo poder público (secretarias de governo e órgãos de assistência social), pela imprensa e por políticos, defendendo a criação de mecanismos de controle e outras estratégias que barrem ou dificultem a vinda de pessoas e famílias pobres para a cidade. Segundo aqueles registros, elas, ao desembarcarem com pouco ou nenhum dinheiro, vão ocupar as praças, os logradouros, os viadutos e, algumas vezes, transformam a rodoviária em seu lar.³³ Numa matéria publicada na imprensa com o título “Rodoviária é morada de indigentes”, Ana Maria destaca o breve diálogo entre a jornalista que produziu a reportagem e uma dessas pessoas nomeada de moradora da rodoviária. O título da matéria já aponta para uma associação considerada não natural em relação ao termo rodoviária, ou seja, rodoviária e moradia

³¹ FOUCAULT, op. cit., p. 7.

³² GUIMARÃES, loc. cit.

³³ Cf., SOUZA, Ana Maria de. *Relatos da cidade: representações e práticas de apropriações urbanas – Cuiabá, MT* (dissertação em História - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFMT, 2004, p. 47).

são termos que assinalam uma incongruência, um elo proibido. Os leitores ao se depararem com aquela reportagem devem ter sentido o impacto de uma ruptura, que racha inteiramente com o significado considerado próprio ou natural da palavra rodoviária. Para o dicionário Aurélio, rodoviária significa *estação de embarque e desembarque de passageiros...* No entanto, segundo a imprensa, os indigentes estariam ressignificando aquele lugar, aquele espaço de passagem, invertendo seu significado, ao transformá-lo em lugar de permanência. Ao mesmo tempo, uma simples reportagem, entre as inúmeras que se poderiam relacionar sobre a cidade e seus lugares, e seus fluxos e seus significados, revela o constante temor da inversão do signo de uma ordem que se representa como natural. E esse perigo decorre (o que é considerado mais grave) da ação dos pobres, dos indigentes.

A jornalista, ao trazer para sua matéria a própria fala de uma mulher nomeada *moradora da rodoviária*, busca validar e oferecer ao leitor o suporte da prova a seu relato. No entanto, encontra alguém bastante treinada nos perigos e nas armadilhas que são comuns do viver a contrapelo. A narrativa não transcreve qual teria sido a pergunta da jornalista, no entanto, o texto nos induz a pensar em algo como: *a sra. mora na rodoviária? A sra. tem família? Qual o seu nome?...* Ao ler as respostas encontramos alguém próxima aos personagens fantásticos de Macondo.³⁴ Ela rompe com os significantes considerados naturais e, aproximando-se do comportamento dos loucos, subverte a ordem e a lógica dominante. Para escapar da captura jornalística, do perigo de um laço, suas respostas revelam uma fantástica pirueta: “Sou dona da Rodoviária. Minha família é a família imperial. Não tenho nome, quem sabe é a polícia...”³⁵

Sair do círculo, tornar-se inapreensível, revirar as palavras. Essa foi a trilha que essa moradora errante criou para escapar, estabelecer sua linha de fuga e assim transformar-se em fluxo, em puro movimento ou: *um, nenhum, cem mil*³⁶ identidades E, ao mesmo tempo, projeta a jornalista no mesmo campo da polícia, ao afirmar que não tem nome; mas *aquele* que a jornalista procura já está com a polícia, não é o dela, ou mais propriamente não se reconhece nele, é o dela – da polícia –, e possivelmente servirá ou atenderá a jornalista.

³⁴ Cidade imaginária criada por Gabriel García Márquez em *Cem Anos de Solidão*.

³⁵ Apud BARBANT, Maria. Rodoviária é morada dos indigentes. *A Gazeta*, Cuiabá, 20 nov. 1991, p. 9.

³⁶ PIRANDELLO, Luigi. *Um, nenhum e cem mil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

Revisitando o Nordeste

Como se tornou bastante conhecido na historiografia, de meados da década de 1950 até as vésperas do golpe militar de 1964, o Nordeste do Brasil, e em especial o estado de Pernambuco, passou a ser considerado uma área de grande mobilização de trabalhadores rurais, por intermédio, sobretudo, das Ligas Camponesas.³⁷ Para uma parte da imprensa nacional e internacional, um outro aspecto que tornava esse estado território dominado pelas esquerdas era o fato de que os cargos do executivo municipal (Recife) e estadual vinham sendo ocupados de maneira crescente por políticos como Pelópidas da Silveira (filiado ao Partido Socialista) e Miguel Arraes (mesmo filiado ao Partido Trabalhista Nacional, era visto como comunista).³⁸

Sem dúvida, o meio rural era palco de disputas bastante acirradas, principalmente a partir do momento em que o deputado socialista Francisco Julião assumiu a defesa de um grupo de trabalhadores arrendatários de um engenho (Galiléia), no município de Vitória de Santo Antão/PE. A luta em defesa desses trabalhadores iria transformar as condições de vida e trabalho do camponês num tema nacional. Por um lado, colocava na ordem do dia a necessidade do cumprimento da Constituição, que dava aos trabalhadores rurais o direito de sindicalização; por outro, trazia à tona as condições de exploração, tais como o cambão, o pulo da vara, a caderneta dos barracões³⁹, que o discurso das Ligas tratava de desnaturalizar. Porém, o destaque que essa temática também adquiria estava relacionado à reação dos proprietários, que imediatamente associavam toda essa mobilização a um plano revolucionário, que teria como objetivo transformar o Brasil em um país

³⁷ Cf., CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes: padres e comunistas na revolução sem violência*. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964.

³⁸ Cf., AGUIAR, Roberto de. *Recife da frente ao golpe*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1993.

³⁹ O cambão significava os dias de trabalho gratuito que o camponês deveria dar ao senhor a cada ano. O “pulo da vara” era uma expressão usada para denunciar a forma como era medida pelos encarregados dos senhores a área cultivada. A vara, além de ser maior do que deveria (logo, o trabalhador plantava uma área maior do que efetivamente recebia em pagamento), ao colocá-la no chão para medir, o encarregado sempre dava um passo à frente, para medir um novo trecho, o que acarretava também perda para o trabalhador. E as famosas cadernetas anotavam as despesas dos trabalhadores nos barracões em que eram obrigados a fazer suas compras. Por serem analfabetos (em sua grande maioria), além de pagar sempre um preço maior do que nas cidades próximas, não tinham condições de questionar as anotações registradas. Cf., MONTENEGRO, Antonio. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília (orgs.). *Brasil Republicano*. v. 3.

comunista. No entanto, não se pode deixar de registrar como certos segmentos das esquerdas, que se associaram a essa mobilização dos trabalhadores, faziam um discurso de que o fim da exploração só viria efetivamente com o socialismo, e a via revolucionária não deveria ser descartada.⁴⁰

Um outro foco possível de análise acerca dos movimentos sociais rurais nesse período relaciona-se ao controle ou à hegemonia na condução dessas lutas. O Partido Comunista, que desde a década de 1940 lançara as Ligas Camponesas, nunca conseguiu, por meio desta forma de organização, dar visibilidade e força política à luta dos trabalhadores no campo. A fortuita associação entre Francisco Julião e os trabalhadores do Engenho Galiléia para impedir, inicialmente, a expulsão movida pelo proprietário, assim como a manutenção da sociedade de ajuda mútua fundada pelos mesmos, é que deu visibilidade à questão da sindicalização rural.⁴¹ Entretanto, mesmo filiado ao Partido Socialista, Francisco Julião teve o apoio dos comunistas até 1960, quando, no V Congresso do PCB, uma parcela dos membros do partido, vinculada às Ligas, foi derrotada em suas teses sobre a prioridade das lutas. A relação com o PCB agravou-se ainda mais durante o Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (Belo Horizonte), organizado pelos comunistas e pela ULTAB, em que os representantes das Ligas, mesmo em minoria, saíram vitoriosos com a tese da reforma agrária radical (na lei ou na marra).⁴²

No entanto, as Ligas, além da disputa com os comunistas, tinham na Igreja Católica provavelmente seu mais forte adversário, sobretudo porque muitos escritos produzidos por elas acusavam-na de aliada dos proprietários. E mais significativo era que, ao produzir seus textos, as Ligas não criticavam a religião como “ópio do povo”, mas desenvolviam o que podemos denominar de sua própria exegese. Ou seja, construía uma outra leitura bíblica para o mundo rural, invertendo a ordem sagrada e natural que os proprietários, padres e pastores difundiam a partir dos princípios cristãos, em que afirmavam que a condição de pobreza e miséria era natural e protegida por Deus.

⁴⁰ Cf., ABREU, Socorro. *Revisitando o campo: lutas, organização, contradições* – Pernambuco, 1962-1987 (tese de doutorado em História - Programa de Pós-Graduação em História, UFPE, Recife, 2003).

⁴¹ Cf., CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

⁴² Cf., AZEVEDO, Fernando. *As Ligas Camponesas*. São Paulo: Paz e Terra, 1982, p. 45-48.

Entre as publicações das Ligas, é possível destacar diversos folhetos como o *Guia do Camponês*, o *ABC*, o *Recado* e, às vésperas das eleições presidenciais de 1960, a *Cartilha do Camponês*. Em um certo trecho da cartilha, escrita numa linguagem coloquial de quem conversa, é afirmado:

Mas enquanto não chega o voto para o analfabeto e não se faz a reforma agrária, tu não hás de ficar de braços cruzados. Já não acontece o milagre como no tempo de Moisés, que tocava na rocha e a água nascia, ou no tempo de Jesus, que de um pão e de um peixe fazia muitos pães e muitos peixes. Cada um de nós tem, hoje, de ganhar com o suor do próprio rosto o pão de cada dia. Assim manda a Escritura que pouca gente segue. Se não há mais milagre porque Moisés se foi e, depois dele, o Cristo, tu podes, camponês, mesmo crucificado à terra como um escravo, alcançar tudo o que quiseses, sem depender de milagre. Podes conquistar a liberdade, ter o pão com fartura, viver bem agasalhado e na boa paz, se conseguires unir os teus irmãos sem terra. Nenhuma palavra tem mais força do que esta – União. Ela é a mãe da liberdade. Aprende a defender o teu direito junto com o teu irmão, sem terra. Nunca fiques sozinho. Vai sempre com ele à casa da Justiça já que é junto dele que tu te encontras na igreja, na festa, no enterro, na feira e no trabalho...⁴³

O que podemos destacar nesse pequeno fragmento, além da perspectiva social – isto é, a luta pelo fim do analfabetismo, a reforma agrária e a união dos trabalhadores –, é a dimensão cristã que se mistura ao texto com citações bíblicas. Esse artifício não é fortuito, mas de quem sabe os meandros da escrita, ou como atrair aquele trabalhador do campo, na maioria das vezes analfabeto, para ouvir (ou algumas vezes ler) temas considerados tabus, como direito do voto para o analfabeto, reforma agrária e união do trabalhador contra o latifúndio. A esse percurso soma-se o tom professoral, de alguém que ensina, que defende idéias, que argumenta trazendo para junto de si, por meio de estratégias múltiplas da escritura, aquele a quem se dirige, o trabalhador rural. Possivelmente, os tempos de menino, criado no meio rural até os 13 anos, e depois, a partir dos 18 anos, como dono de uma pequena escola para crianças pobres próxima ao seminário de Olinda, e também professor de português, matemática e francês, tenham sido fundamentais nessa associação de pedagogia e política que os escritos de Francisco Julião revelam. Mas, não foram apenas os proprietá-

⁴³ JULIÃO, Francisco. *A Cartilha do Camponês*. Recife, 1960, p. 7-8.

rios e os órgãos de segurança pública que reagiram ao trabalho de propaganda das Ligas.⁴⁴

Segundo Márcio Moreira Alves, a Igreja Católica iria engajar-se num trabalho que denominou de “promoção do homem do campo”, inicialmente no Nordeste e depois em todo o Brasil, como forma de opor-se ao trabalho das Ligas. Já o Papa Pio XI afirmara que o grande escândalo do século XIX fora a perda de influência da Igreja sobre o operariado. Logo, devia-se impedir que forças a-religiosas ou anti-religiosas dominassem o homem do campo.⁴⁵

A disputa pelo controle da organização dos trabalhadores rurais, no que tange à reforma agrária, teve também a participação do governo federal, por meio da SUDENE, que iniciou um projeto piloto de exploração da monocultura da cana de açúcar em Pernambuco, conhecido como Cooperativa de Tiriri, com o arrendamento de cinco engenhos de propriedade de duas usinas, para serem explorados por 400 famílias de trabalhadores rurais. Apresentava-se como mais uma experiência do governo João Goulart no campo da reforma agrária, que vinha se tornando um tema de acirrados debates no âmbito da imprensa, dos partidos, das universidades e da sociedade civil.⁴⁶

Pesquisando para sua dissertação de mestrado, Paulo Cândido entrevistou alguns trabalhadores que participaram ativamente das Ligas Camponesas e da Cooperativa Agrícola de Tiriri. Através do relato de dois dos seus entrevistados, percebe-se a influência das forças que disputavam a hegemonia na condução das lutas dos trabalhadores rurais naquele período. Um deles, José Natalício, afirmou:

Na colônia de Tiriri, nessa época existia uma área de terra no engenho Tiriri que pertencia à Rede Ferroviária do Nordeste, com 144 hectares de terra, todo desmatado, e um dia 33 camponeses resolvemos invadir a área. Já com as Ligas Camponesas entrando e nos dando apoio, só por volta de 1962 eu me encontrei com Doutor Jader de Andrade, que na época era da Sudene. Nós éramos orientados por Francisco Julião, por Gregório Bezerra e outros que não estou lembrando mais. Veja, daí por diante nós formamos as Ligas lá na Colônia de Tiriri e decidimos invadir as terras da Rede Ferroviária do Nordeste. Tivemos a reação da polícia, mandaram a polícia para lá, mas naquela época o governador já era Arraes, Miguel Ar-

⁴⁴ Cf., SANTIAGO, Wandec. *Perfil parlamentar – século XX*: Francisco Julião. Recife: A Assembléia, 2001, p. 97-100.

⁴⁵ Cf., ALVES, Márcio M. *O Cristo do povo*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968, p. 68-69.

⁴⁶ Cf., DABAT, Christine. Os primórdios da Cooperativa Agrícola de Tiriri. *Clío, Revista de Pesquisa Histórica*, Série História do Nordeste, Recife: Editora da UFPE, nº 16, 1996.

raes, aí veio em seguida uma luta, a gente plantou, plantava, não dava, aí veio o Padre Melo, o Padre Melo nos orientou muito, nos ajudou bastante e ... a gente continuou a luta.⁴⁷

Quais leituras são possíveis, desse curto fragmento do relato de Natalício? Inicialmente, há de se considerar que ele está rememorando experiências vivenciadas na década de 1950/1960, misturadas a quarenta anos de acontecimentos vários, leituras múltiplas que a vida lhe foi oferecendo, e que possivelmente o fazem inferir outros significados daquele passado. Ora, devemos considerar que aquilo que se torna uma marca, um registro na memória resulta de operações complexas, seletivas. Desde o momento inicial da percepção de algo, desencadeia-se uma construção em que as memórias que trazemos (que são de maneira indissociável individuais e coletivas) atuam reelaborando e ressignificando aquilo que se apresenta aos sentidos. Em outros termos, não há percepção pura e não há também memória pura. Dessa maneira, o percurso que informa a apreensão, interiorização, subjetivação de uma percepção vem carregado das marcas da memória, porque esta “não consiste, em absoluto, numa regressão do presente ao passado, mas, pelo contrário, num progresso do passado ao presente. É no passado que nos colocamos de saída”.⁴⁸

Em razão do trabalho de elaboração, resultante da relação que se estabelece entre as memórias (passado) e a percepção de algo (presente), as marcas que se constituem como memórias devem ser compreendidas como registros híbridos. A partir da memória **enquanto** passado se alcança ou se apreende o presente; ao mesmo tempo, este presente atua relativizando ou deslocando significados acerca daquele passado. Dessa forma, jamais dever-se-ia pensar a memória ou a percepção como reflexo ou cópia do mundo, mas como atividade, como trabalho ininterrupto de ressignificação do presente enquanto leitura a partir de um passado que se atualiza enquanto memória informando a percepção; por outro lado, há que considerar os significados imprevistos que os sentidos apreendem do presente que podem desafiar a leitura que se projeta a partir do passado como memória. Assim, a atividade de rememorar voluntária ou involuntária é uma elaboração que contempla mediações e transformações. Passado e presente, me-

⁴⁷ Apud SILVA, Paulo Cândido da. *Cooperativismo e política: a ação estatal face à mobilização camponesa* (dissertação em Sociologia – Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, 2003, p. 67).

⁴⁸ BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 196.

mória e percepção instituem uma relação tensa em que se abrem ou não possibilidades de novas redes de significação. A representação do passado e do presente, como territórios de fronteira, demarcada no tempo torna-se ainda mais tênue, quando compreendemos que o fio ou a ligação entre estas atende à ação. Ou seja, todo esse movimento constante e ininterrupto da memória, percepção, apreensão, interiorização, subjetivação é indissociável do agir, de uma forma de ser no mundo em que passado e presente desaparecem enquanto signos de realidades acabadas e distintas.⁴⁹ Sobretudo, se também considerarmos que, assim como na física quântica, o que temos são interconexões, e não coisas ou objetos definidos no tempo.

Deve-se ainda observar que o relato de Natalício não resulta de uma conversa entre parceiros de lutas, mas atende a um pesquisador, a um intelectual; alguém de outra classe, que solicita a um trabalhador informações sobre um determinado período, em que a sua história de vida esteve associada a acontecimentos sociais e políticos de grande repercussão no estado e no país. Por outro lado, a pesquisa que utiliza entrevistas orais, em princípio, está fundada num encontro entre duas pessoas; e a forma do contato e a relação que então se estabelece, apesar de assumirem papéis diversos (entrevistador e entrevistado), também têm influência no relato a ser narrado. Ao mesmo tempo, há que se compreender o lugar social do pesquisador, seus interesses, os aspectos técnicos e metodológicos da pesquisa e a operação da escrita. Institui-se uma relação em que os relatos orais, assim como também na pesquisa com documentos escritos, iconográficos, literários, se incorporam a um projeto e são deslocados para atender à lógica e a inteligibilidade do texto a ser produzido pelo pesquisador. E essa tem sido também a compreensão de muitos que operam com a teoria quântica, como registra Lee Smolin:

Portanto, parece que há duas espécies de coisas no mundo. Existem objetos como as rochas e os abridores de latas, que simplesmente existem e podem ser completamente explicados por uma lista de suas propriedades. E existem coisas que somente podem ser compreendidas como processos, somente podem ser explicadas contando uma história. Para as coisas do segundo tipo, uma simples descrição nunca é suficiente. Uma história é a única descrição adequada para elas, porque entidades como as pessoas e as culturas não são de fato coisas, mas sim processos que se desenvolvem no tempo.⁵⁰

⁴⁹ Cf. BERGSON, op. cit., p. 197.

⁵⁰ SMOLIN, op. cit., p. 60.

Pensando a partir desses pressupostos, Natalício ao construir seu relato também conta uma história, desloca sentidos, redefine significados. Não está descrevendo coisas, objetos, enumerando propriedades. Embora reconheça a influência das Ligas, recupera a participação de Gregório Bezerra (atuante membro do PCB), de Jader de Andrade, que é apresentado como representante do órgão federal (a SUDENE), e da Igreja, por meio do Padre Melo. Ou seja, o relato, de alguma forma, mapeia as forças que atuavam em Tiriri (Ligas, PCB, SUDENE e Igreja), sem revelar disputas, diferenças ou hierarquias. Essa maneira de Natalício construir sua história, nomeando diferentes lideranças políticas, em que todos aparecem ajudando na luta dos trabalhadores, poderia ser vista como a leitura de alguém que jamais percebeu diferenças nos discursos e nas práticas dos representantes dos distintos grupos políticos. Mas, poderá ser também uma maneira de evitar mostrar-se mais comprometido com algumas daquelas pessoas e por extensão com algum daqueles grupos, pois não sabe como seu relato será lido, será narrado pelo pesquisador. Caso tenha prevalecido essa compreensão, revelará uma consciência de quem sabe que sua história será apropriada e adquirirá outros sentidos sobre os quais não terá controle. Atendendo a essa lógica, poder-se-ia ler este relato, que junta e iguala forças políticas antagônicas, como um relato tático, de quem conhece os perigos do viver a contrapelo. E mais uma vez retornamos a Lee Smolin para pensar que um documento (oral, escrito, iconográfico, literário) não é uma coisa, um objeto, mas também tem uma história, encontra-se ligado a redes, a fios, a labirintos, e que é fundamental ao historiador segui-lo, acompanhá-lo, pontuá-lo.

Um outro trabalhador entrevistado que também participou da Cooperativa de Tiriri foi Minervino. Em seu relato conta como ele próprio fazia o trabalho de mobilização das Ligas naqueles engenhos de açúcar, visitando a casa dos trabalhadores e convidando para ouvir o advogado Francisco Julião. Relembra muitos dizerem que Julião era *comunista e outras coisas ruim* e que muitos senhores de engenho chegavam a demitir o trabalhador que se filiasse às Ligas Camponesas. Afirma que Julião pregava a revolução, e não esquece a seguinte expressão que seria dita pelo líder: *sem terra, camponês sem pão, tambor da revolução*.⁵¹ Perguntado sobre o que Julião queria em Tiriri, Minervino responde:

⁵¹ Apud SILVA, op. cit., p. 68.

O que ele queria fazer em Tiriri, não era somente em Tiriri, mas em vários lugares. Era implantar as Ligas Camponesas para fazer uma reforma agrária de grande tamanho ou de grande proporção, era essa a intenção que Julião tinha com o povo dessa região aqui de Tiriri. E a gente ia porque era muita fome que a gente sofria e o desejo nosso não era de fazer como camponês hoje que faz, era trabalhar. O nosso desejo era trabalhar, construir um pedaço de terra era o que a gente queria, de qualquer forma a gente queria um pedaço de terra e continuar na terra, como hoje eu ainda tenho todo meu desejo. Estou assim, não presto mais para fazer nada, mas a minha intenção é terra, minha intenção toda é na terra, não é para viajar, fazer aquilo, tomar nada dos outros não. Mas a minha intenção é possuir a terra, ter um lugar, ser acomodado, não prejudicar meus vizinhos e indicar que Deus deixou a terra para todo mundo. Então se Deus deixou a terra para todo mundo, o pobre também tem direito um pedacinho de terra para sobrevivência dele, dele com a família. Era essa a nossa história.⁵²

Percorrer a trilha do relato construído por Minervino é visitar um labirinto de muitas voltas, de muitas dobras, que ao se desfazerem aproximam passado e presente, distanciam passado e presente, numa tensão de quem conhece o poder das palavras, de quem sabe o quanto elas significam: um perigoso campo minado. Inicia desfraldando a bandeira das Ligas, de Julião, da reforma agrária. Entretanto, como havia informado ao pesquisador, dizia-se muita coisa ruim de Julião; logo, revela o cuidado de, após desfraldar a bandeira das Ligas Camponesas, no início do relato, afastar-se dela, ao afirmar que *ia porque era muita fome*. Assim, estava com as Ligas e não estava, pois seu desejo não era revolução. Pelo menos é isso que afirma ao entrevistador. Entretanto, também faz uma outra ressalva, toma um outro atalho, um outro desvio ao dizer que também não se reconhece na luta dos trabalhadores sem terra na atualidade. Para Minervino, esses trabalhadores não querem a terra para trabalhar, como ele afirma sempre ter querido. E dá a entender que os trabalhadores que lutam por terra hoje querem viver viajando, enquanto ele não quer viver viajando, e também não quer tomar as terras dos outros, nem incomodar os vizinhos. Após tantas voltas, poder-se-ia indagar: como acredita possível ter a terra desejada, *sem incomodar o vizinho e sem tomar nada dos outros e mesmo se reconhecendo não prestando para fazer nada*? E Minervino realiza uma pirueta, cria sua linha de fuga em Deus, que, ainda segundo ele, *deixou a terra para todo mundo*. Por meio desse Deus, quem sabe, os vizinhos entendam que a terra por ter

⁵² Apud SILVA, op. cit., p. 68.

sido dada por “Ele” é de todos, e talvez assim ele, Minervino, também receba o seu pedaço de terra. E retorna então ao ponto de partida, um imaginário passado, ao decretar que *era essa a nossa história*.

Mas, onde terá aprendido sobre esse Deus que afirma ser a terra de todos? Este não é um argumento que se extraia facilmente através de uma leitura solitária dos evangelhos ou de outras passagens bíblicas. Por outro lado, mesmo hoje, depois da Teologia da Libertação, ainda são poucos os padres e pastores que debatem ou se envolvem com as questões sociais. Talvez Minervino, se fosse indagado onde aprendera sobre esse Deus que deixou a terra para todos, não fosse capaz de lembrar. Entretanto, como trabalhador que militou pelas Ligas Camponesas, talvez não lhe fosse desconhecida uma publicação produzida por elas, que tinha como título *A Cartilha do Camponês*, onde se encontra uma passagem em que se lê:

Escuta bem o que te digo, camponês. Se um padre ou um pastor falar em nome de um Deus que ameaça o povo com peste, guerra e fome, raios, coriscos e trovões e ainda com o fogo do inferno, fica sabendo que esse padre ou esse pastor é um espoleta do latifúndio. Não é um ministro de Deus. Esse padre é falso. Esse pastor não presta. O padre verdadeiro ou o bom pastor é aquele que se levanta para dizer: “Deus fez a terra para todos, mas os sabidos tomaram conta dela”.⁵³

Terá Minervino ouvido ou lido essa cartilha? Será que foi a partir dela que começou a estabelecer outras associações, a ponto de afirmar que *Deus deixou a terra para todo mundo* e, portanto, *o pobre tem direito a um pedacinho de terra*? Não sabemos, não sabemos. A incerteza sobre como ou onde Minervino aprendeu tão revolucionário ensinamento continuará a permear qualquer tentativa de explicação conclusiva.

E assim voltamos ao começo desse nosso percurso, ao movimento, à impossibilidade de capturar de forma absoluta os significados; ou mesmo determiná-los mediante uma relação que se deseja natural entre o dito e o vivido ou o que se imagina real. Rachar as palavras, romper seus liames naturalizados e evidentes com as coisas, com o que se denomina real. A história como o digladiar de sentidos, produzidos pelos jogos da linguagem,⁵⁴ nos remete a Certeau, quando afirma: “Parece que não se podendo mais atribuir às palavras uma relação efetiva com as coisas que

⁵³ JULIÃO, op. cit., p. 15.

⁵⁴ CERTEAU, op. cit., p. 51.

designam, elas se tornam tanto mais aptas para formular sentidos, quanto menos limitadas são por uma adesão real”.⁵⁵

Nesse território, torna-se fecundo privilegiar a postura teórica de Wittgesnstein, de considerar em suas reflexões filosóficas o discurso comum das pessoas, e não o dos filósofos. E é através dele que iniciamos o último movimento de análise, ao revisitar o trecho da entrevista do líder comunitário Arnaldo Rodrigues da Cruz.

Na década de 1970, em pleno regime militar no Brasil, teve início uma mobilização em defesa da moradia, num grande bairro popular, denominado Casa Amarela, em Recife. Desde a década de 1960, os agentes imobiliários vinham tentando expulsar os moradores através da cobrança do foro da terra. Essa tentativa recrudescceu, já que a imobiliária, em princípio, contava com o apoio oficial para reprimir qualquer manifestação popular de protesto contra essa cobrança considerada indevida e irregular pela população. A censura reinante no período, aliada ao medo que muitos cidadãos passaram a sentir de vir a ser nomeados de comunistas⁵⁶ por participar de qualquer movimento social, era um fator que concorria bastante para a desmobilização popular. No entanto, mesmo diante desse conjunto de adversidades, um grupo de moradores iniciou uma organização denominada Terra de Ninguém e, com o apoio da Igreja Católica e de outros setores, conseguiu, após anos de luta, a desapropriação das terras e o título de propriedade para seus moradores.⁵⁷

Esse preâmbulo tem como pressuposto apresentar o relato de um dos moradores que participou ativamente de todo o trabalho de organização e mobilização contra a imobiliária e seu dono, Rosa Borges. Ao relembrar o que se denominou luta das Terras de Ninguém, Arnaldo afirma:

Eles [a imobiliária] nunca foram dono de nada e hoje ele se diz dono de tudo e todo mundo acredita que ele é dono. Mas que eles nunca foram donos de nada, mas de nada mesmo, isso é preciso vocês [os moradores] botarem na cabeça de vocês, tirar da cabeça de vocês, porque tirando da cabeça de vocês, vocês levam para outro cons-

⁵⁵ CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 52.

⁵⁶ Nesse período, qualquer pessoa nomeada de comunista podia ser interrogada pela polícia ou mesmo presa.

⁵⁷ Cf., MONTENEGRO, Antonio. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992, p. 53.

cientes, mas enquanto estiver na cabeça de vocês, vocês não leva não. Vocês vão dizer: não, mas... Fica gaguejando.⁵⁸

Este pequeno fragmento do relato já revela uma perplexidade, entre a palavra – dono – e a coisa – as terras de Casa Amarela. Como seria possível construir uma ligação entre a palavra dono e a coisa, terras de Casa Amarela, se esta para Arnaldo não existe? A resposta, segundo ele, estaria no fato das pessoas acreditarem. E lembra que, enquanto os moradores não retirarem de suas próprias cabeças a proposição *ele é dono*, a luta estará enfraquecida, porque eles não terão firmeza, ficarão gaguejando. Ou seja, para Arnaldo não existe a divisão cartesiana entre matéria e espírito, corpo e alma. A prática das lutas sociais lhe ensinou que o pensamento e a ação são indissociáveis, estão misturados. A ação e o pensamento constituem um mesmo conjunto. E em seguida, amplia sua reflexão ao indagar: “E como ele se diz proprietário? Aí é que é danado. Aí é que está a história. É o furto, a roubalheira, a ladroíce, que existe dentro da política, junto com juiz, advogado, não sei quantos diabos, que fizeram isso. Fizeram Rosa Borges ser dono daquilo que não era dele”.⁵⁹

Para responder a sua própria pergunta, Arnaldo retorna à história e detalha os procedimentos, os fios, os caminhos trilhados, pois proprietário não é uma palavra que se associa a uma coisa, a um objeto de maneira natural. Mas o proprietário que se diz Rosa Borges resultou de operações complexas. Ao detalhar esses movimentos que associam, estabelecem elos, colam significados, Arnaldo está quebrando, rachando, desnaturalizando aquela palavra, aquela história. E acrescenta:

A história ele conta assim. Bom, ele fez tudo isso. E a lei, a própria lei. É danado é isso. É eu dá uma tapa em você, sem você abusar comigo, mas eu tenho dinheiro e chego lá na delegacia prendo você, você fica preso e eu venho embora. Foi isso o que Rosa Borges fez, veio para Casa Amarela, tomar conta de tudo, dominou tudo, hoje em dia se diz dono de Casa Amarela, propriedade imensa, e ele diz que é dele, mas Santos Marinho foi que deu a mão a ele. Foi que botou ele aqui e ele ficou aqui dentro, depois ele passou a ser administrador, ele é que diz. Passou a ser administrador na história. E, atra-

⁵⁸ Apud CASA Amarela: memórias, lutas, sonhos... Série I – Entrevistados: Antonio Vidal de Lima (Tôta), Arnaldo Rodrigues da Cruz, João Lopes da Silva (Bubu). Recife: Departamento de Memória de Casa Amarela (FEACA), 1988, p. 87.

⁵⁹ Apud CASA..., p. 88.

vés da administração, como não tinha dono, ele passou a ser dono. Ele que diz.⁶⁰

Ler o relato de Arnaldo é aprender com ele, um ex-operário têxtil, que ao descrever a experiência de luta em defesa da sua moradia oferece um breve tratado acerca do combate que se trava na história. Como a história é o que se diz, resultante de muitos procedimentos de força que delimitam, cercam, cortam, estabelecem elos, subvertem significados, rompem acordos. E consciente do perigo da história, Arnaldo torna-se professor, e didaticamente explica como os signos são trocados, os significados mudados de lugar pela força do dinheiro. E como quem se sabe um educador, narra uma breve história: “É eu dá uma tapa em você, sem você abusar comigo, mas eu tenho dinheiro e chego lá na delegacia prendo você, você fica preso e eu venho embora”. Para Arnaldo, a história da propriedade da terra em Casa Amarela é plural, resultando num combate entre um dizer do Rosa Borges e outro do movimento dos moradores. E a vitória destes últimos depende entre outros elementos da capacidade de mudar o pensar/agir. A história como desafio e movimento constantes de quem sabe o quanto rachar as palavras exige sabedoria, táticas, trampolinagens de um viver a contrapelo.

⁶⁰ Apud CASA..., p. 88.